



Fórum Administrativo – FA

Belo Horizonte, ano 14, n. 161, jul. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Supremacia do interesse público sobre o privado – Uma necessária desconstrução da crítica
Claudio Penedo Madureira
- ◆ Modulação de efeitos e sentenças aditivas na jurisdição constitucional brasileira – Um estudo de caso a partir do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.ºs 4.357 e 4.425
Cláudio Pereira de Souza Neto, Ademar Borges de Sousa Filho
- ◆ A presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos na Administração Pública contemporânea
Emerson Affonso da Costa Moura
- ◆ Delegação legislativa e o aprimoramento do processo legislativo
Eurico Zecchin Maiolino
- ◆ A teoria do fato consumado nos concursos públicos
Felipe Migosky
- ◆ Gestão de pessoas e retenção de talentos – Um estudo voltado à Advocacia Pública Federal
Tatiane Goliczewski

Direto ao Ponto

- ◆ É possível a cassação de mandato já cumprido?
Gina Copola

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Cálculo de férias de servidor e exoneração de função comissionada
- ◆ Residência jurídica

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Constitucional – Administrativo – Incorporação de “quintos” – Percepção da vantagem remuneratória no exercício de cargo de carreira diversa – Inviabilidade – Vedação de acumulação de cargos públicos – Vedação que se estende tanto aos deveres do cargo, como aos direitos

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Concurso público – Magistratura estadual – Aprovação fora do número de vagas inicialmente ofertado – Surgimento de novas vagas – Previsão editalícia de convocação dos aprovados remanescentes – Direito líquido e certo configurado – Impossibilidade de nomeação com data retroativa
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
Administrativo – Improbidade administrativa – Professor e reitor da UFT – Regime de dedicação exclusiva – Participação em cursos esporádicos e não permanentemente lecionados pelo professor com vínculo de dedicação exclusiva – Não configuração do ato de improbidade
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**
Processo administrativo disciplinar – Antecipação de tutela – Ausência de urgência em razão de não haver condenação ou elaboração de relatório final de Comissão de PAD sugerindo a aplicação de punição administrativa – Apuração de possíveis irregularidades na conduta do servidor – Necessidade de prova pericial – Possibilidade de órgão disciplinar investigar as declarações de renda apresentada pelo investigado – Art. 13, da Lei nº 8.429/92
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
Ação civil pública – Dano moral coletivo – Direito dos portadores de deficiência ao passe livre no transporte rodoviário interestadual – Lei nº 8.899/94 – Limitação do número de assentos imposta pelo Decreto nº 3.691/2000 – Restrição ao alcance protetivo da norma – Abstenção da observância da norma – Ausência de previsão de fonte de custeio – Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro – Revisão do contrato de concessão
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
Administrativo – Constitucional – Servidor público – Licença adotante – Proteção à criança – Art. 210, da Lei nº 8.112/90 – Tratamento antiisonômico entre filho biológico e adotivo – Violação ao art. 227, §6º, da CF/88
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**
Administrativo – Responsabilidade civil – Empresa pública prestadora de serviços públicos – Execução fiscal – Inexistência de bens e valores a penhora – Inclusão do município que a instituiu no pólo passivo da demanda – Possibilidade – Responsabilidade subsidiária

Ementário

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Concurso Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Poder de Polícia

Legislação Comentada

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 53)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação